Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

De um modelo alternativo de desenvolvimento

http://hdl.handle.net/11067/4421
https://doi.org/10.34628/v38v-y368

Metadados

Data de Publicação 2018

Resumo No presente artigo procura-se apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento, menos centrado na prioridade atribuída ao crescimento e mais centrado na questão do Bem-Estar. Reconhecem-se as virtualidades existentes na economia de mercado, mas também se criticam as insuficiências e debilidades do liberalismo. Aponta-se para um novo modelo de desenvolvimento “a duas velocidades” e conclui-se que o sucesso do próprio capitalismo depende da inevitável tendência para a sua parcial socialização...

The aim of this article is to present an alternative development model, less centered in the priority assigned to growth and more centered in the well-being issue. We are aware of the virtualities of the market economy but liberalism’s inadequacies and weaknesses are also criticized. We point to a new two-speed development model and we may conclude that the success of capitalism depends on the inevitable tendency for its socialization, i.e., for democratizing the access to income and property ...

Palavras Chave Desenvolvimento económico

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 24 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-25T04:40:39Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

DE UM MODELO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO

António Rebelo de Sousa
Professor Catedrático da Universidade Lusíada
Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Resumo: No presente artigo procura-se apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento, menos centrado na prioridade atribuída ao crescimento e mais centrado na questão do Bem-Estar.

Reconhecem-se as virtualidades existentes na economia de mercado, mas também se criticam as insuficiências e debilidades do liberalismo.

Aponta-se para um novo modelo de desenvolvimento "a duas velocidades" e conclui-se que o sucesso do próprio capitalismo depende da inevitável tendência para a sua parcial socialização, isto é, para a democratização do acesso ao rendimento e à propriedade e, por essa via, ao Bem-Estar.

Abstract: The aim of this article is to present an alternative development model, less centered in the priority assigned to growth and more centered in the well-being issue.

We are aware of the virtualities of the market economy but liberalism's inadequacies and weaknesses are also criticized.

We point to a new two-speed development model and we may conclude that the success of capitalism depends on the inevitable tendency for its socialization, i.e., for democratizing the access to income and property and, therefore, to the Well-Being.

1. Introdução

Estando a aprendizagem associada ao próprio conceito de desenvolvimento, convém atentar naquilo que alguns autores consideram ser a estreiteza e a simplificação excessivas de alguns pressupostos em que assenta a análise económica convencional.

Kate Raworth fala-nos na necessidade de construção de um novo modelo explicativo dos problemas com que se confronta a economia mundial, salientando que as situações de pobreza e de miséria extrema subsistem e que se têm vindo a agravar, ultimamente, as desigualdades económicas e sociais, constatando-se que o segmento correspondente aos um por cento mais ricos acumula uma riqueza superior ao conjunto dos restantes noventa e nove por cento, que se tem verificado uma degradação do meio-ambiente e que a população mundial poderá vir a atingir mais do que 9,2 mil milhões de habitantes em 2050[1].

Daí que importe repensar muitos aspectos que se prendem com o funcionamento do sistema capitalista, admitindo-se a sua profunda reforma, de acordo com as contribuições positivas de economistas, sociólogos e até de alguns filósofos.

Keynes afirmou, a este propósito, que "the ideas of economists and political philosophers, both when they are right and when they are wrong, are more pwerful than is commonly understood. Indeed, the world is ruled by little else"[2].

O mesmo autor adiantou, ainda, que os "homens práticos", que acreditam estar imunes de quaisquer influências intelectuais, "are usually slaves of some defunct economist"[3].

Kate Raworth procurou pensar a economia a partir da definição de objectivos de desenvolvimento humano de longo prazo, considerando dois aneis explicativos essenciais, a saber, os limites ecológicos e as fundações sociais[4].

Fora dos limites ecológicos, condicionando-os, existe o círculo da degradação planetária.

1 RAWORTH, Kate – "DOUGHNUT ECONOMICS: seven ways to think like a 21st – century economist", Random House Business Books, 2017.
2 KEYNES, John Maynard – "The General Theory of Employment, Interest and Money", Macmillan, 1961, pag. 383.
3 KEYNES, John Maynard – *Op. Cit.*, pag. 384.
4 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pags. 10 a 12.

Dentro do círculo das fundações sociais está o círculo das privações com que se defronta a Humanidade.

Entre os dois anéis essenciais está o espaço de segurança e de justiça na Humanidade, isto é, o projecto imaginário que nos aproxima da "sociedade ideal".

Figura 1

Fonte: RAWORTH, Kate, *Op. Cit.*, pag 11.

Ainda para Kate Raworth, existem sete maneiras de se pensar como um economista do século XXI:

- Mudar o objectivo, substituindo o objectivo convencional do crescimento económico pelo objectivo de defesa dos direitos humanos, no quadro dos condicionalismos planetários existentes;
- Pensar numa abordagem mais globalizante, substituindo-se a abordagem convencional dos circuitos económicos por uma análise mais transdisciplinar, considerando-se um conjunto diversificado de aspectos caracterizadores da sociedade, quer de natureza demográfica, quer, ainda, de natureza ecológica, cultural ou política;
- Atribuir relevância à natureza humana, não se adoptando uma perspectiva "racionalista" do ser humano, dando-se importância à componente psicológica, à interdependência, à proximidade com os outros membros da comunidade (perspectiva mais sociológica e psicológica do comportamento

dos agentes económicos, na linha da Teoria da Relatividade Económica)[5];
- Procurar compreender a natureza e a dinâmica de funcionamento dos sistemas, atendendo-se à complexidade comportamental dos agentes e, por conseguinte, das variáveis endógenas e exógenas;
- Considerar um desígnio o objectivo de uma distribuição mais justa do rendimento e da riqueza, admitindo-se que a desigualdade não é uma inevitabilidade resultante do crescimento económico;
- Criar para regenar, questionando-se a curva do ambiente de Kuznets, de acordo com a qual a poluição aumenta numa primeira fase de crescimento para, depois, começar a diminuir, considerando-se que a degradação do meio-ambiente não tem que ver, apenas, com o ciclo de crescimento da economia, antes resultando de más opções em termos de desenvolvimento industrial;
- Ser-se "agnóstico" em relação ao crescimento, considerando-se que a trajectória de longo prazo de crescimento do PIB não tem, necessariamente, uma correspondência directa com a melhoria das condições (e da qualidade) de vida, isto é, que o crescimento não implica, necessariamente, desenvolvimento (na linha da produção teórica shumpeteriana).

Se pensarmos em mudar de objectivos, temos que adoptar uma perspectiva da economia menos como crematística, segundo a orientação proposta por James Stewart, segundo o qual "the principal object of this science is to secure a certain fund of subsistence for all inhabitants, to obviate every circunstance which may render it precarious"[6].

O próprio Adam Smith afirmava que a política económica apresenta dois objectivos principais, a saber: "to supply a plentiful revenue or subsistence for the people or, more properly, to enable them to provide such a revenue or subsistence for themselves; and secondly, to supply the state or Commonwealth with a revenue suficient for the public services"[7].

Para muitos economistas as grandes questões da macroeconomia são:
- o que é que explica o crescimento ou, se se preferir, as flutuações do nível de actividade económica?
- o que é que provoca o desemprego?
- quais as causas da inflação?
- quais as causas dos desequilíbrios externos e como procurar promover a sua superação?
- como é que se determinam as variações nas taxas de juro?

5 *Vide*, a este propósito, SOUSA, António Rebelo de in "Da Economia", Ed. Diário de Bordo, 2017, pags. 507 a 513.

6 STEWART, James – "An Inquiry into the Principles of Political Economy", O próprio https://www.marxists.org/reference/subject/economics/stewart/

7 SMITH, Adam – "Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations", Book 4, 1776.

De alguma forma fará sentido considerar esta última questão como respeitante a objectivos "instrumentais" e não essenciais.

Em qualquer caso, durante muito tempo existiu a ideia dominante de que o sucesso económico está ligado ao crescimento.

Todavia, autores como Kuznets consideravam que a análise reconduzida ao mero estudo da evolução do PIB se apresentava limitativa, excluindo o valor dos bens e serviços produzidos, no dia a dia, pelas famílias, não atendendo à forma como o rendimento era distribuído e não permitindo, de "per si", ter uma ideia do "stock" de riqueza, chegando mesmo a afirmar que o "welfare of a nation can scarcely be inferred from a measure of national income".

MEADOWS chegou mesmo a salientar que "we've got to have an enough", colocando como questões "growth of what, and why, and for whom, and who pays the cost, and how long can it last, and what is the cost to the planet, and how much is enough?"[8].

Kate Raworth definia "Doughnut" como correspondendo "a uma nova filosofia de encarar o futuro da Humanidade, tendo em vista que cada pessoa satisfaça as suas necessidades fundamentais, salvaguardando a sustentabilidade do mundo vivo de que dependemos"[9].

Para a autora, existiriam as seguintes necessidades básicas, a saber: 1) a alimentação tida como suficiente; 2) a água potável e as infraestruturas sanitárias adequadas; 3) o acesso à energia (evitando-se, todavia, a degradação do meio-ambiente); 4) o acesso à educação; 5) o acesso à saúde; 6) o acesso a uma habitação condigna; 7) o acesso a um rendimento mínimo e a um trabalho decente; 8) o acesso a redes informativas e a bases de dados essenciais para o exercício da actividade profissional.

Em síntese, pretender-se-ía um desenvolvimento sustentável para o futuro e não um desenvolvimento destruidor do futuro, existindo cinco factores que desempenhariam um papel fundamental: a população, a distribuição, as aspirações, a tecnologia e a "governance".

No que respeita à população, as taxas de crescimento demográfico têm vindo a diminuir significativamente, graças à melhoria, em termos globais, dos padrões de desenvolvimento e não à miséria extrema, às doenças ou aos conflitos.

No atinente à distribuição, afigura-se evidente que se apresenta necessário um mundo mais estável para se assegurar o desenvolvimento sustentável, o que passa por uma distribuição mais justa do rendimento e da riqueza.

Quanto ao conjunto das aspirações, designadamente ao nível das classes médias, seria da maior importância que emergissem novos objectivos no domínio da produção, da distribuição e, portanto, da própria organização social, o que, à partida, se apresenta duvidoso que venha a acontecer nos anos mais próximos.

8 MEADOWS, Donella – Conferência na Universidade de Michigan, em 18/3/1999.
9 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pags. 57 e segtes.

Ao nível da tecnologia, apresentar-se-ía da maior relevância que se contribuísse, ainda mais, para melhorar o meio-ambiente, em geral, produzindo-se bens e serviços que evitassem a poluição e que possibilitassem a criação de novos empregos, sendo certo que não se trata de proeza fácil.

No domínio da "governance", afigurar-se-ía indispensável que se caminhasse para a generalização de governos transparentes e eficientes, governos esses que venham a manifestar capacidade de resposta a eventos inesperados.

A "good governance" passa pela adequada regulação dos mercados, pela existência de mecanismos de supervisão em diversas áreas da vida comunitária (com destaque para o sector financeiro), pela existência de regras de gestão empresarial que integrem o que se convencionou designar de "corporate governance" e, ainda, pela admissibilidade de existência de mecanismos de intervenção do Estado sempre que a automaticidade dos mecanismos reequilibradores de mercado não funcione.

Trata-se de algo que os seguidores do Mont Pelerin Group[10] terão sempre muita dificuldade em compreender, mas que resulta da confrontação da teoria com a realidade, no pressuposto de que se pretenda vir a caminhar para sociedades mais justas e fraternas.

Para autores como Kate Raworth, apresenta-se da maior relevância respeitar as "fronteiras planetárias", apoiar os sistemas que servem de base a um salutar funcionamento da economia, valorizar a contribuição das famílias, regular de uma forma responsável e, por isso mesmo, realista o mercado, gerir de uma forma criativa os bens comuns, transformar os Estados em entidades que prestem contas e que se apresentem idóneas, colocar os sistemas financeiros ao serviço das sociedades, contribuir para a existência de um comércio justo e implementar mecanismos institucionais que permitam controlar os poderes perversos, evitando-se situações de abuso[11].

O mesmo autor, ao mencionar a necessidade de se acalentar a natureza humana, salienta que o "self interest" tem que estar combinado com o interesse pelos outros, bem como com diversos "talentos, motivações e preferências", estando na origem de uma "moral complexa", tornando dificilmente previsível o comportamento humano[12].

Robert Frank fala nos efeitos perniciosos da "self-interest theory", chegando a afirmar que "ao esperarmos os piores comportamentos nos outros, somos levados aos piores comportamentos, nós próprios"[13].

10 Grupo de teóricos que envolvem personalidades como Hayek, Friedman, Von Mises e Frank Knight, entre outras, tendo adoptado como princípios ideológicos relevantes a indiscutibilidade da eficiência do mercado, a infalibilidade do sistema financeiro liberal, a incompetência do Estado, a existência de recursos inesgotáveis no Mundo e a tese de que o único poder excessivo intimidatório é o monopólio do Estado.

11 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pags. 71 e segtes.

12 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pags. 94 a 96.

13 FRANK, Robert – "Passions within Reason", New York, W.W. NORTON, 1988, pags. 158-171.

Donald Mackenzie e Yuval Millo consideram, por sua vez, que a Teoria Económica influenciava o comportamento dos agentes e, por essa via, a evolução da própria realidade.

O século XXI veio atribuir uma maior importância à reciprocidade, apresentando-se mais fluidos e mais interdependentes os valores.

É assim que se apresenta relevante a influência da sociedade da informação nos valores dominantes, a influência de diversas variáveis na evolução dos valores (em termos de poder, realização pessoal, hedonismo, universalismo, benevolência, tradição e segurança, a título de exemplo).

É assim que se tem evoluído do isolamento para a interdependência, da abordagem calculista para a abordagem aproximativa, ganhando importância a abordagem heurística e, por conseguinte, a aprendizagem permanente em contacto com a realidade.

Nesta linha, conceitos como os do efeito-imitação e do comportamento "Follow the Leader" passaram a ser considerados elementos explicativos fundamentais das acções/reacções dos agentes económicos[14],dando uma particular relevância à componente psicológica.

Uma das questões que se colocam, na hodiernidade, é a da articulação dos comportamentos humanos com o funcionamento dos sistemas, tornando-se necessário compreender a sua natureza.

Para autores como Stanley Jevons "The Theory of Economy … presents a close analogy to the science of Statistical Mechanics, and the laws of Exchange are found to resemble the laws of Equilibrium of a lever"[15]. Léon Walras, por sua vez, afirmava que "the pure theory of economics … is a science which resembles the physio-mathematical sciences in every respect"[16].

Um sistema é um conjunto de elementos interligados por forma a produzirem (e a explicarem) diferentes padrões comportamentais, sendo, ainda, certo que a complexidade do seu funcionamento resulta de fluxos e de movimentos de reacção aos mesmos.

A influência da componente psicológica pode suscitar comportamentos imprevisíveis, bem como consequências imprevisíveis.

Kate Raworth referiu, a título de exemplo, as "crises sistémicas relacionadas com situações como a queda do muro de Berlim, em 1989, o colapso do Lehmon Brothers, em 2008, ou o degelo acelerado na Groenlândia, nos tempos presentes, em que pequenas alterações comportamentais, com efeitos cumulativos imprevisíveis, provocam, a prazo, situações de ruptura.

14 SOUSA, António Rebelo de – "Da Economia", Diário de Bordo, 2017, pags. 528 e segtes.

15 JEVONS, Stanley – "The Theory of Political Economy", http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Jevons/jvnPE.html,1871

16 WALRAS, Léon – "Elements of Pure Economics", London, Routledge, 2013, pags. 86 e segtes.

A natureza humana não deve ser, por outro lado, dissociada da dinâmica de desigualdade que é gerada por uma determinada concepção do sucesso, concepção essa de cariz materialista.

Sem ofensa para os adeptos do liberalismo sem restrições, o sistema capitalista, caso não conhecesse qualquer forma de regulação ou de intervenção redistributiva por parte do Estado, teria, necessariamente, uma dinâmica assimetrizadora e, por isso mesmo, geradora de injustiças e de fenómenos de tipo concentracionário, podendo, inclusive, evoluir no sentido da sua auto-destruição.

Piero Sraffa afirmava que, em muitas indústrias, as empresas experimentavam aumentos substanciais de lucros à medida que aumentavam de dimensão, aproveitando a redução dos custos marginais de produção, tendendo-se mais para situações de oligopólio ou mesmo de monopólio do que para algo próximo da concorrência perfeita[17].

A dinâmica concentracionária e cumulativa (ao nível dos lucros) explicaria como se passa do sucesso para uma dinâmica bem sucedida[18]. Assim, entre 1988 e 2008, 5% da população mundial teria capturado mais de 50% do aumento global do rendimento a nível mundial, enquanto que o segmento dos 50% mais pobres absorveram 11%.

A assimetrização que se tem vindo a fazer sentir nas últimas décadas, a revolução tecnológica resultante da crescente utilização da inteligência artificial (com crescente "robotização" da actividade económica) e as próprias mudanças climáticas que se constatam em diversas regiões do nosso planeta poderão, no seu conjunto, estar na origem de uma nova crise sistémica do sistema capitalista.

Tal não significa que o sistema capitalista não tenha capacidade para se auto-regenerar, mas tal só será possível com uma nova Revolução Industrial e de Serviços, em que sectores como os da Saúde e da Energia desempenharão um papel crucial, com a adopção de novas lógicas redistributivas do rendimento e da riqueza e com a implementação de um novo modelo de desenvolvimento "a duas velocidades", conforme se procurará explicar mais adiante.

Em boa verdade, a sobrevivência do capitalismo passará sempre pela sua gradual socialização, procurando-se conciliar a aposta na expansão do SBT – Sector de Bens Transaccionáveis com a canalização de recursos financeiros para o SBNT – Sector de Bens Não Transaccionáveis (menos capital-intensivo e com maior capacidade de absorção de mão-de-obra com reduzido grau de qualificação), recorrendo-se, sempre que necessário à capacidade interventora do Estado.

E o que se disse implica, também, a indispensabilidade de passar a existir uma dimensão ética na economia, conforme refere George De Martino, o qual

17 SRAFFA, Piero – "The laws of returns under competing conditions", Economic Journal, 36, 1926, pag. 144.

18 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pags. 146 e segtes.

afirma "when a profession sicks influence over others, it necessarily takes on ethical obligations – whetter it recognizes them or not"[19].

2. Da distribuição à regeneração

Durante muito tempo, vários foram os autores que defenderam a ideia de que, para haver crescimento, teria que ocorrer uma primeira fase de assimetrização e de agravamento de desequilíbrios.

Mesmo os próprios autores estruturalistas, ao advogarem a aplicação de um modelo de crescimento desequilibrado, embora equilibrante a prazo, assente na criação de polos de desenvolvimento "a la Perroux" ou no investimento prioritário em "indústrias induistrializantes" "a la Gérard Déstanne Bernis", defendiam, na prática, uma primeira fase de agravamento das desigualdades.

O grande desafio com que nos defrontamos hoje em dia consiste em se tentar conciliar o crescimento económico com a atenuação gradual das desigualdades, quer em termos de repartição do rendimento, quer, ainda, no que se refere à repartição da riqueza.

E a construção de uma sociedade mais equitativa passa não apenas pela progressividade nos impostos sobre os rendimentos de trabalho como pela progressividade nos impostos sobre os rendimentos de capital, bem como pela adopção de modelos de crescimento a duas velocidades – com recurso a investimento público - , pelo fomento da pesquisa / investigação por parte de institutos públicos (que contribuam para externalizar a aprendizagem) e pela eventual implementação de modelos assentes no rendimento mínimo para todos (tal como tem vindo a ser experimentado, mais recentemente, na Finlândia).

A ideia do U invertido de Kuznets, de acordo com a qual os países mais pobres deveriam concentrar os rendimentos nas mãos dos segmentos mais privilegiados, uma vez que a propensão marginal a poupar seria maior nos mesmos, permitindo acréscimos mais significativos do investimento e, portanto, a criação de condições propiciadoras de um arranque económico, não se apresenta aplicável às sociedades desenvolvidas hodiernas, uma vez que, para estas, a sustentabilidade, na base da paz política e social, se afigura de importância primacial[20].

Aliás, manda a verdade reconhecer que se registaram processos de desenvolvimento económico que não implicaram aumento das desigualdades,

19 De Martino, G. – "Professional Economic Ethics: why heterodox economists should care", intervenção realizada na World Economic Association Conference, Fev-Março de 2012.

20 *Vide*, a este propósito, Arthur Lewis, o qual afirmava que "o desenvolvimento tem que ser assimetrizador" (LEWIS, A. – "Development and Distribution" in Cairncross, A.; Puri, M. – "Employment, Income Distribution and Development Strategy: problems of developing countries", New York, Holmes & Meier, 1976, pags. 26-42.

por exemplo, no Japão, na Coreia do Sul, na Indonésia e na Malásia, no decurso da década de 60 do século passado.

É claro que a essa evolução não foram alheios os programas de investimento público nos sectores da saúde e da educação, a par das políticas de desenvolvimento industrial e das reformas agrárias, entretanto, ocorridas.

Mas, essa constatação só reforça a ideia de que se apresenta indispensável encontrar um justo equilíbrio entre a necessidade de se promover o crescimento económico e a indispensabilidade de se contribuir para uma maior equidade, o que implica a adopção de políticas públicas que, não pondo em causa o que de positivo existe no sistema capitalista (impulsionando mesmo o espírito de iniciativa e a criatividade individual), reforcem os mecanismos de solidariedade social e, por isso mesmo, de atenuação das assimetrias existentes a nível comunitário.

Boyce chegou a concluir, num estudo que abrangeu 50 Estados americanos, que a excessiva concentração do poder e as excessivas desigualdades contribuíram, em certos casos, para uma mais intensa degradação do meio-ambiente[21].

Para autores como OSTRY[22], as excessivas desigualdades podem afectar a estabilidade política, económica e social, o que, por sua vez, pode gerar menos crescimento.

Kate Raworth lembra-nos que, em países como a Alemanha, o peso relativo dos rendimentos de trabalho no rendimento nacional diminuiu de 61%, em 2001, para 55%, em 2007, salientando que, apesar de a produtividade média do factor produtivo trabalho ter aumentado mais do que 5%, entre 2009 e 2013, os salários apenas conheceram um incremento de 0,4%[23].

Mas, por outro lado, a mesma autora admite que estamos na ante-câmara de uma revolução no domínio da propriedade, com a crescente admissibilidade de transferência de parte da titularidade das empresas para os trabalhadores.

Como afirma, também, que o sistema de patentes existente funciona mais a favor das grandes corporações do que a favor do avanço da ciência e do que designa de "pequenos inovadores".

Todavia, se adoptarmos uma perspectiva mais global, entrando-se em linha de conta com a evolução recente da economia asiática, as desigualdades, a nível mundial, diminuíram, a partir de 2000, apesar de o mundo se manter muito desigual, conforme referem LAKNER e MILANOVIC[24].

Em boa verdade, se é verdade que, no quadro das Nações Unidas, se aprovou, em 1970, uma recomendação no sentido de os países com maior nível

21 BOYCE, JK – "Power distribution, the environment, and public health: a state – level analysis", Ecological Economics, 29, 1999, pags. 127-140.

22 OSTRY, J.D. – "Redistribution, inequality and growth", IMF Staff discussion note, Fev 2014.

23 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pags. 186 e segtes.

24 LAKNER, C.; MILANOVIC, B. – "Global Income Distribution: from the fall of the Berlin Wall to the Great Recession", the World Bank Economic Review, 2015, pags. 1-30.

de rendimento canalizarem 0,7% do seu PIB, para a ajuda ao desenvolvimento, também não é menos verdade que, em 2013, o valor global obtido, em termos médios, rondava os 0,3%, havendo autores que, nessa oportunidade, afirmavam que os próprios fluxos migratórios funcionavam (ainda que parcialmente) como mecanismos de correcção das desigualdades.

Do que se disse resulta que se têm que operar saltos qualitativos nos mecanismos de redistribuição, ao nível dos países e em termos globais, devendo esses saltos qualitativos contemplar não apenas os rendimentos como também a própria riqueza.

Um outro aspecto a considerar tem que ver com a regeneração.

Quando se fala em regeneração faz sentido pensar-se no conceito abrangente de segurança humana, envolvendo não apenas a segurança na velhice, a segurança na saúde, o acesso à educação, como também a segurança ambiental, a segurança alimentar, a segurança física dos cidadãos, a segurança político-institucional e a segurança tradicional ou comunitária.

Trata-se, aliás, da adopção de um novo conceito, mais amplo, de Estado Providência.

Não faz sentido privilegiar-se a segurança social ou a segurança na saúde em detrimento da segurança física dos cidadãos ou vice-versa.

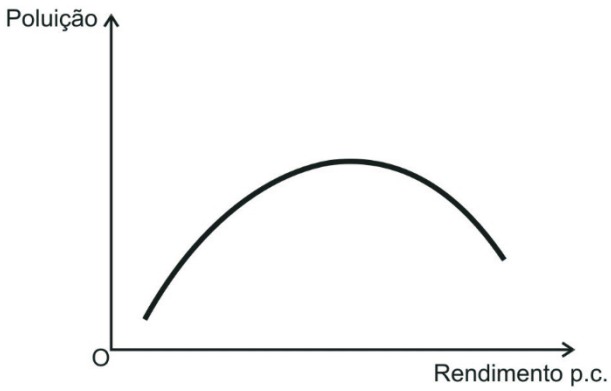
A título de curiosidade, a Índia ainda não conheceu um estágio de desenvolvimento que lhe permita dar a relevância devida ao estudo de tecnologias ecológicas de ponta ("ecologically smart technologies"), em termos de estratégia de desenvolvimento económico.

Mas, o que será sempre desejável é caminhar num sentido de adopção de um novo conceito de Estado Providência abrangente, em que as diferentes modalidades de segurança humana sejam contempladas, com consequências em termos de opções desenvolvimentistas a concretizar no futuro.

Kate Raworth faz referência à curva ambiental de Kuznets (vide Fig. 2), admitindo que, a longo prazo o crescimento económico poderá ser bom para o meio-ambiente (a partir de um certo estágio de desenvolvimento), concluindo, ainda que as políticas que estimulam o investimento deverão, também, ser positivas para o meio-ambiente[25].

25 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pag. 207.

Figura 2



Mas, não é, apenas, o meio-ambiente que poderá melhorar a partir de certo estágio de desenvolvimento económico.

Segundo a mesma autora, existem estudos que permitem concluir que o rendimento é melhor distribuído quando o grau de literacia é maior e quando os direitos cívicos e políticos são mais respeitados.

E, ainda, na perspectiva de Kate Raworth, seria importante para a comunidade internacional desse o seu contributo para um desenvolvimento sustentável, referindo a autora o exemplo o South Africa's Nedbank, o qual estabeleceu uma "quota" de financiamento de quatrocentos milhões de US dólares para apoiar projectos de investimento que promovessem os objectivos de desenvolvimento do país para 2030.

Seria, pelo menos, importante desenvolver negócios que não produzissem efeitos ambientais negativos, criando-se, simultaneamente, empresas "regenerativas", apostando-se no que se designa de "economia circular" (com produtos que, após a utilização, pudessem ser aproveitados para diversos fins).

É assim que Kate Raworth é levada a falar na "cidade generosa"[26], a qual funcionaria na base do conceito de "economia circular", com a utilização de energia solar, de terrenos fertilizados e com a utilização de mecanismos purificadores do ar, com zonas verdes no seio do centro urbano (e com agricultura urbana).

Iniciativas deste tipo poderiam inspirar o lançamento de uma OSCE – Open Source Circular Economy, isto é, de um movimento contínuo, envolvendo muitos casos concretos, implicando a adopção de novos padrões e de uma louvável transparência informativa.

26 RAWORTH, Kate – *Op. Cit.*, pag. 223.

A ideia subjacente a um movimento com as sobreditas características seria a de contrapor a um mundo em que "the social responsability of business is to increase its profits"[27] um outro em que se procuraria "work for a company that contributes to and is part of the community"[28].

Sintetizando, procurar-se-ía contribuir para um "Mundo Alternativo", o que implicaria uma parceria com o Estado tendo em vista evitar-se o "business-as-usual", o que poderia levar a uma evolução degenerativa da economia.

Concordando com as preocupações manifestadas por Kate Raworth e por autores como Anita Roddick, julgo ser de evitar confundir uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo liberal com a rejeição radical do sistema de economia de mercado, o qual apresenta virtualidades importantes como, por exemplo, o incentivo ao espírito de iniciativa e, por isso mesmo, à criatividade e à inovação.

A ideia de se pugnar por uma sociedade mais justa e mais "regenerativa" implica o reconhecimento da necessidade de uma certa socialização (e democratização) do capitalismo, evoluindo-se no sentido de uma crescente igualdade de oportunidades, mas não implica a destruição radical dos mecanismos de economia de mercado.

Até porque não existe um modelo alternativo, radicalmente distinto, que resolva de forma mais justa e eficaz os problemas dos cidadãos e que seja conciliável com a democracia.

Kate Raworth defende o que designa de "perspectiva agnóstica" em relação ao crescimento, entendendo que é preciso conceber uma economia que promova a prosperidade humana independentemente de haver ou não crescimento, apostando-se na transformação das estruturas políticas e sociais.

É verdade que, conforme explicava Schumpeter, crescimento é diferente de desenvolvimento e que este último não se reconduz a meros saltos quantitativos nas variáveis macroeconómicas, antes implicando saltos qualitativos nas formas de mercado, nas técnicas de produção e nas próprias estruturas de poder.

Mas, não se apresenta possível atingir certos patamares desenvolvimentistas sem que, entretanto, tivesse ocorrido crescimento económico.

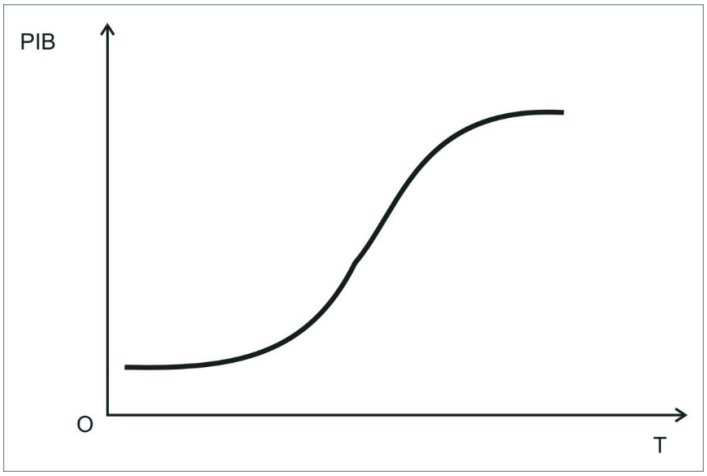
Autores de inspiração Rostowiana (e não só) entendiam que a evolução da economia mundial apontava, de facto, para uma curva exponencial explicativa da expansão do PIB (o qual poderia mesmo triplicar todos os 23 anos), passando as diferentes economias por cinco fases distintas, a saber, a sociedade tradicional, a criação de condições de arranque económico (pré-arranque), o arranque económico, propriamente dito, a maturidade e o elevado consumo em massa.

27 FRIEDMAN, Milton – "The social responsability of business is to increase its profits", New York Times Magazine, 1970, 13 de Setembro.

28 Satya.com (2005): "A Dame of big ideas: the Satya interview with Anita Roddick", http://www.satyamag.com/jan05/roddick.html.

John Maynard Keynes apontava para curvas de crescimento do PIB, a longo prazo, do tipo do gráfico seguinte (Fig 3).

Figura 3



O crescimento tenderia para uma plataforma, em que se chegaria a um crescimento mais lento ou mesmo a uma para-estagnação.

Importa, todavia, não confundir a aceitação de uma certa tendência para a estagnação entre "saltos qualitativos" (por exemplo, entre "Revoluções Industriais") e a ideia de que essa evolução ocorrerá sempre, independentemente de se operarem ou não saltos qualitativos, ao longo do processo histórico.

É verdade que a taxa de crescimento média anual dos treze países mais desenvolvidos da OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos passou de 5% nos anos 60 para menos de 2% em 2011, o que permitiria afirmar que se teria chegado ao patamar de para-estagnação, segundo alguns autores.

Mas, nada nos diz que não venha a surgir uma IV Revolução Industrial e de Serviços, em que os novos sectores motores seriam os da Saúde e da Energia, o que permitiria, eventualmente, dar um novo impulso transformador às economias desenvolvidas ocidentais.

Por outro lado, alguns especialistas têm vindo a admitir que, até 2050, a população mundial poderia ultrapassar os 9.200 milhões de habitantes, havendo a possibilidade de cerca de 80% da mesma corresponder ao que se convencionou designar de "classe média", o que, por sua vez, levaria a uma expansão exponencial do consumo, a nível mundial, o qual não seria acompanhado por um exponencial crescimento da produção. Daí resultariam pressões inflacionistas significativas.

Esta construção teórica não contrariaria a análise levada a cabo por Pierre Verbulst, o qual construíu, em 1838, uma curva da trajectória do crescimento demográfico com a forma de um S, mostrando que a população não tenderia a crescer exponencialmente, ao contrário da tese defendida pelo Reverendo Thomas Malthus.

A população mundial pode até tender para um limite imposto pelos recursos disponíveis, com destaque para os produtos alimentares.

O consumo aumentaria exponencialmente até um dado limite, a partir do qual seria muito condicionado pelos recursos disponíveis, o que até poderia passar a limitar o crescimento populacional.

Entre duas teses opostas, a de "keep-on-flying passengers", de acordo com a qual o crescimento corresponde sempre a uma opção necessária, e a de "prepare-for-landing passengers", segundo a qual o crescimento já não é mais possível, pelo que não tem que ser necessário, existe uma terceira posição, aquela que é favorável ao "growth with quality", em que se pretende conciliar a construção de uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida com o crescimento indispensável.

É possível evoluir-se para uma economia que melhore o nosso bem-estar e em que se constate, simultaneamente, um efectivo crescimento económico.

E o que se disse é compatível com o financiamento de projectos regenerativos, em vez de se privilegiar o financiamento ao consumo.

E, pondo, parcialmente, em causa um certo radicalismo de Kate Raworth, permitiria, ainda, pensar-se em compatibilizar um novo modelo redistributivo e regenerativo com algum crescimento económico.

O verdadeiro desafio do século XXI estaria, assim, na construção de economias que promovam a prosperidade humana numa sociedade mais equilibrada e mais igualitária.

O mercado e o Estado têm que financiar melhor, em conjunto, para assegurarem maiores níveis de bem-estar.

John Maynard Keynes afirmou que "o verdadeiro mestre em economia deve ser matemático, historiador, filósofo e político. Ele deve estudar o presente à luz do passado, tendo em vista a construção do futuro. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições deve estar longe do seu olhar"[29].

Só adoptando uma perspectiva pluridisciplinar, global e globalizante, será possível compreender os desafios do futuro.

3. Das conclusões

Pretendeu-se apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento,

29 Keynes, J.M. – "Alfred Marshall, 1842-1924", The Economic Journal, 1924, 34: 135, pag. 322.

entrando-se, nomeadamente, em linha de conta com as contribuições de Kate Raworth: um modelo centrado na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na aprendizagem, na redistribuição do rendimento e da riqueza, conciliando-se os impulsos inovadores com uma nova concepção de Estado Providência, assente no conceito de Segurança Humana.

Não faz sentido considerar-se que uma economia está no bom caminho se conhecer um crescimento do PIB de, por exemplo, 5% ao ano, um défice orçamental de 1% do PIB e uma dívida pública de 30% do dito PIB, conhecendo, todavia, um nível de taxa de desemprego superior a 20% da população activa, bem como fortes assimetrias na repartição do rendimento.

Daí ter o autor do presente artigo apresentado uma proposta que possibilite completar os critérios de convergência nominal com critérios de convergência real na "área do euro"[30].

Daí concluir-se pela necessidade de adopção de um modelo de desenvolvimento "a duas velocidades", apostando-se não apenas no Sector de Bens Transaccionáveis, mas também no Sector de Bens Não Transaccionáveis ou de Economia Doméstica, o que passa pela intervenção do Estado, quer através do investimento público em infraestruturas, quer através da canalização de incentivos para PME's – Pequenas e Médias Empresas e Micro-Empresas, permitindo a absorção de mão-de-obra desempregada (inclusive de mão-de-obra liberta pelo Sector de Bens Transaccionáveis, mais utilizador de combinações capital-intensivas).

Mais se conclui pela necessidade de se caminhar para a criação de sociedades em que exista uma maior justiça na distribuição do rendimento e da riqueza, com uma forte regulação e supervisão de mercados.

Em síntese, reconhecendo-se as virtualidades existentes na economia de mercado, concluiu-se que a sobrevivência do sistema capitalista passa, em certa medida, pela sua parcial socialização.

Trata-se de uma contribuição teórica, necessariamente, polémica, mas que pretende encontrar soluções construtivas para o futuro.

Na certeza de que não basta ter a intenção de construir algo de novo.

Como dizia Fernando Pessoa "condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?"

Bibliografia

BOYCE, JK – "Power distribution, the environment, and public health: a state – level analysis", Ecological Economics, 29, 1999.

30 *Vide* artigo publicado na Revista do Tribunal de Contas por SOUSA, António Rebelo de, artigo esse que se reproduz no Anexo ao presente livro.

De Martino, G. – "Professional Economic Ethics: why heterodox economists should care", intervenção realizada na World Economic Association Conference, Fev-Março de 2012.
FRANK, Robert – "Passions within Reason", New York, W.W. NORTON, 1988.
FRIEDMAN, Milton – "The social responsability of business is to increase itis profits", New York Times Magazine, 1970, 13 de Setembro.
JEVONS, Stanley – "The Theory of Political Economy", http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Jevons/jvnPE.html,1871.
Keynes, J.M. – "Alfred Marshall, 1842-1924", The Economic Journal, 1924, 34: 135.
KEYNES, John Maynard – "The General Theory of Employment, Interest and Money", Macmillan, 1961.
LAKNER, C.; MILANOVIC, B. – "Global Income Distribution: from the fall of the Berlin Wall to the Great Recession", the World Bank Economic Review, 2015.
LEWIS, Arthur – "Development and Distribution" in Cairncross, A.; Puri, M. – "Employment, Income Distribution and Development Strategy: problems of developing countries", New York, Holmes & Meier, 1976.
MEADOWS, Donella – Conferência na Universidade de Michigan, em 18/3/1999.
OSTRY, J.D. – "Redistribution, inequality and growth", IMF Staff discussion note, Fev 2014.
RAWORTH, Kate – "DOUGHNUT ECONOMICS: seven ways to think like a 21st – century economist", Random House Business Books, 2017.
Satya.com (2005): "A Dame of big ideas: the Satya interview with Anita Roddick", http://www.satyamag.com/jan05/roddick.html.
STEWART, James – "An Inquiry into the Principles of Political Economy", https://www.marxists.org/reference/subject/economics/stewart/.
SMITH, Adam – "Na Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations", Book 4, 1776.
SOUSA, António Rebelo de in "Da Economia", Ed. Diário de Bordo, 2017.
SRAFFA, Piero – "The laws of returns under competing conditions", Economic Journal, 36, 1926.
WALRAS, Léon – "Elements of Pure Economics", London, Routledge, 2013.